

## EDITORIAL TN 50

### POR UM DEBATE NECESSÁRIO SOBRE “MARXISMO, EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS”: PASSADO E PRESENTE DE OPRESSÕES, RESISTÊNCIAS E LUTAS<sup>1</sup>

O número temático da Revista Trabalho Necessário “Marxismo, educação e relações étnico-raciais” aborda, de maneira complexa e multifacetada, o papel desempenhado pelo capitalismo na formação e manutenção das desigualdades raciais, que perpetua, ao longo da história, diversas formas de discriminações e negação de direitos para a classe trabalhadora. As relações étnico-raciais referem-se às interações e dinâmicas de poder, que revelam tensões e desigualdades históricas e contemporâneas entre a classe subalterna (majoritariamente negra e indígena) e a classe dominante (branca, de origem europeia).

No contexto da América Latina, o capitalismo dependente estruturou-se com base em um modelo que utilizava a racialização da mão de obra negra e indígena como um mecanismo de subordinação, sendo fruto de um processo histórico que tem como base econômica a exploração da força de trabalho, garantindo a reprodução ampliada do capital.

As desigualdades sociais se manifestam em diversos âmbitos da sociedade, como no acesso à educação, saúde, habitação e mercado de trabalho, onde populações negras, indígenas e latino-americanos, em geral, continuam sofrendo com superexploração da sua força de trabalho. Nesse sentido, os países centrais continuam ditando na atualidade os rumos do desenvolvimento político-econômico dos países periféricos, “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (Marini, 2000, p. 109).

<sup>1</sup>Editorial recebido em 03/03/2025. Aprovada pelos editores em 07/03/2025. Publicada em 09/04/2025. DOI:<https://doi.org/10.22409/tn.v22i48.67321>.

O racismo estrutural no Brasil continua fortemente presente. Isso se manifesta em diversos aspectos da vida cotidiana. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Brasil contava, no ano de 2023, com 69,5 milhões de pessoas que não concluíram a Educação Básica (EB) (Brasil, 2023). Se analisarmos por critérios de cor/raça, pretos e pardos constituem maioria da população que não conseguiu acesso e/ou permanência na escola formal. A falta de acesso e permanência na EB são reflexos dessas desigualdades históricas e estruturais que a sociedade ainda enfrenta, sendo alvo de um processo de desmonte do Estado, capitaneado pelas políticas neoliberais que vêm se tornando cada vez mais agressivas na retirada de direitos e afetando profundamente as frações mais subalternizadas da classe trabalhadora.

Além das dificuldades relacionadas ao acesso e permanência nos espaços escolares, o racismo estrutural provoca inúmeras formas de violências físicas e simbólicas. Como expressão brutal da violência que representa o racismo, neste ano, no município de Maricá, cidade localizada no Rio de Janeiro. Guilherme Lima, estudante da rede estadual do município supracitado, suicidou-se após desenvolver um quadro de depressão em decorrência da discriminação racial.

Negros(as) e indígenas enfrentam barreiras estruturais complexas, sendo o racismo um dos fatores que dificultam suas trajetórias escolares, impondo experiências devastadoras que afetam profundamente as subjetividades e a saúde mental e emocional de negras e negros. Além disso, a história e a cultura desses grupos, frequentemente silenciadas, apagadas ou distorcidas no currículo oficial, reforçam uma narrativa dominante que favorece a visão eurocêntrica. Racismo e capitalismo se alimentam mutuamente.

Ao estudarmos as relações de classe e a estrutura de poder que configuram o racismo, recuperando o conhecimento sobre culturas africanas, indígenas e afro-brasileiras no currículo escolar, podemos caminhar na desconstrução das desigualdades étnico-raciais, cuja superação depende da luta organizada dos movimentos sociais, com destaque para os diversos coletivos negros comprometidos com a luta antirracista e anticapitalista. Nesse sentido, no espaço escolar, os(as) alunos(as) podem desenvolver uma compreensão mais profunda de como a opressão racial está conectada à

exploração econômica, refletindo sobre as relações de poder e as estruturas sociais e uma sociedade capitalista.

A violência policial também está associada à origem racial. Jovens negros, especialmente em territórios periféricos, são as maiores vítimas de abusos por parte das forças de segurança. Em fevereiro de 2025, Igor Melo de Carvalho, de 32 anos, estava saindo do trabalho no Rio de Janeiro, quando foi baleado por um policial militar da reserva. Igor foi confundido com um assaltante apenas por ser um homem preto. O sistema de justiça penal brasileiro também é racialmente desigual, com a população negra sendo desproporcionalmente afetada por prisões e sentenças severas. Ou seja, o encarceramento em massa de pessoas negras é um reflexo das desigualdades raciais no país.

No Brasil, pretos(as) e pardos(as) também enfrentam maiores dificuldades no mercado de trabalho, incluindo maior índice de desemprego e uma maior participação no mercado informal. Segundo dados de pesquisas e estudos, como os do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023), esses grupos são desproporcionalmente representados em empregos informais, com condições precarizadas de trabalho e, muitas vezes, análogos à escravidão, com jornadas exaustivas e condições degradantes. Além disso, a desigualdade racial também é visível nas taxas de desemprego. Já em relação à equiparação salarial, negros e pardos ganham menos em comparação aos homens brancos. As mulheres negras têm o dobro do desemprego dos homens não negros.

Os tempos históricos se entrelaçam e nos mostram as condições objetivas que permeiam e determinam a produção da existência. Dessa forma, a luta antirracista pode ser entendida, dentro de uma perspectiva marxista, como parte fundamental da luta de classe, onde a opressão racial precisa ser combatida com vistas a alcançar uma sociedade menos desigual política e economicamente.

No Brasil, a Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas, é um exemplo de como a educação pode ser utilizada no combate ao racismo. Políticas com esta reconhecem as barreiras históricas que os negros e indígenas enfrentam no acesso à educação. No entanto, o racismo continua sendo um desafio persistente,

exigindo mudanças estruturais profundas. O marxismo, ao enfatizar a necessidade de uma revolução social que garanta transformações societárias capazes de enfrentar as desigualdades estruturais, pode nos fornecer o suporte teórico para a criação e defesa de ações antirracistas no campo da educação.

Ainda, movimentos negros, pesquisadores e militantes do campo, como Lélia Gonzalez, e mais recentemente Marielle Franco, lutaram por direitos humanos, justiça e a igualdade racial. Nesse sentido, as organizadoras deste número temático, **Jacqueline Botelho e Jane Barros**, professoras doutoras, mulheres, negras, militantes, escolheram com muita sensibilidade, por meio de compromisso ético-político, uma coletânea de artigos, que nos convidam à reflexão acerca de nossa própria concepção de mundo e atuação política em muitas frentes de luta para que as diversas formas de opressão impostas pelo capitalismo sejam efetivamente superadas, com todos os desafios que constituí.

Agradecemos a todos(as) que contribuíram com a organização deste trabalho, especialmente ao prof. **José Luiz Cordeiro Antunes** (UFF), nosso homenageado na TN 50, pelo seu comprometimento com a Revista Trabalho Necessário, com a educação pública, a luta antirracista e em defesa da liberdade religiosa.

Abraços de **Lia Tiriba, Jacqueline Botelho e Adriana Barbosa**-  
Editoras da Revista Trabalho Necessário.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar. Resultados. Brasília, DF: MEC, INEP, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 03/05/2024.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. IN: Emir Sader (Orgs.) Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis/RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.